

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA**

**ELAINE CRISTINA PINHEIRO**

**FUNÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA VIABILIZANDO A  
PARTICIPAÇÃO DO GREMIO ESTUDANTIL**

**CURITIBA  
2016**

Powered by  
**WPS Office**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA**

ELAINE CRISTINA PINHEIRO

**FUNÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA VIABILIZANDO A  
PARTICIPAÇÃO DO GREMIO ESTUDANTIL**

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Ida Hammerschmitt

**CURITIBA**  
**2016**

# FUNÇÃO DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA VIABILIZANDO A PARTICIPAÇÃO DO GREMIO ESTUDANTIL

Elaine Cristina Pinheiro<sup>1</sup>

## RESUMO

A pesquisa traz reflexões sobre como está o exercício da democracia com a participação estudantil, no Colégio Dom Pedro II, de Foz do Iguaçu, Paraná. O objetivo deste estudo é o de dar voz aos alunos, do Grêmio Escolar Estudantil, para que esses, através de diálogo mediado pelo uso de questionário pudessem expressar suas opiniões sobre o contexto escolar, função da escola, conhecimentos, relações de poder, organização curricular, postura do professor, postura do aluno, relação professor e aluno, diversidade e o espaço físico escolar. Durante a pesquisa foram guiados pela seguinte questão: Qual a escola que temos? Qual a escola que queremos? Como podemos fazer para melhorar?

**Palavras-chave:** Qualidade na Educação, Função da Escola, Conhecimentos, Relação de Poder, Organização Curricular, Relação Professor - Aluno.

---

<sup>1</sup> Artigo produzido por Elaine Cristina Pinheiro, do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora Ida Hammerschmitt. E-mail: nanicppedagoga@gmail.com. Elaine é pedagoga da Rede Estadual do Paraná e exerce sua função em Unidade Educacional de Foz do Iguaçu.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda algumas reflexões iniciadas durante a semana pedagógica no início do ano de 2016, destinadas aos professores e funcionários das escolas Estaduais do Estado do Paraná. Foi encaminhado pela mantenedora SEED, um protocolo de trabalho com referencial teórico às escolas. Este protocolo incluía a leitura do texto: "A qualidade da educação: conceitos e definições" e o direcionamento de reflexões sobre a escola que temos, a escola que queremos e como podemos fazer para melhorar.

Este trabalho com os docentes, suscitou desafios e reflexões no sentido de promover superações sobre a realidade que se apresenta, sobre os objetivos que se quer alcançar e sobre as responsabilidades de cada um dos sujeitos da comunidade escolar. Surgiu assim a necessidade de, além de ouvir dos professores e funcionários, saber também dos estudantes do Grêmio Estudantil, representantes deste segmento, sobre o que eles tem a dizer em relação as questões propostas.

As reflexões encaminhadas na forma de pesquisa de campo, contemplam seus direitos, seus deveres, envolvendo discussões sobre como está a educação, o acesso ao conhecimento, a escola e sua realidade.

O objetivo dessa pesquisa não é o de levantar críticas e polêmicas, mas dar voz aos alunos, mesmo que nesse caso seja apenas ouvindo os alunos do Grêmio Estudantil, para que a partir de suas posições, avaliações, críticas e indicativos de superação, possam ser possíveis diagnosticar: quais os principais pontos que geram conflitos, insatisfações, que devem ser discutidos, repensados em relação a escola em que estudam?

A pesquisa de cunho participativo, aconteceu in loco no ambiente escolar, realizada pela coordenação pedagógica, por meio de reuniões com o Grêmio Estudantil que se denomina "Grêmio Estudantil Ativa".

Para a pesquisa de campo, foi elaborado um questionário com três questões, essas foram aplicadas ao conjunto de alunos que fazem parte do Grêmio Estudantil Ativa, do Colégio Estadual Dom Pedro II de Foz do Iguaçu. Envolveu os seguintes questionamentos: Qual a escola que temos? Qual a escola que queremos? E como podemos fazer para melhorar?

A coordenação pedagógica na forma de diálogos e reflexões estabeleceu os

questionamentos abordando a qualidade do ensino, função da escola, conhecimentos, relações de poder, organização curricular, postura do professor, postura do aluno, relação professor e aluno, diversidade e o espaço físico escolar.

A partir dos questionários respondidos com redação dos próprios estudantes em cartazes com enfoque nas questões propostas. Fez-se na sequência uma análise geral destacando neste artigo a visão apontada pelos estudantes, com o intuito de contribuir com a melhoria das práticas pedagógicas no ambiente escolar, de forma que os estudantes se percebessem sujeitos do processo educativo.

Nesse sentido, a pesquisa tem como principal objetivo saber o que os alunos pensam, como percebem e avaliam a qualidade do ensino, que recebem e compartilham na escola.

Primeiramente fez-se uma análise de como estão descritos os fundamentos sobre a educação no Projeto Político Pedagógico do Colégio Dom Pedro II. Fez-se um recorte com apresentação dos fundamentos sobre a qualidade do ensino, a função da escola, as relações de poder, a organização curricular, a relação professor e aluno no espaço físico escolar.

Na sequência a coordenação pedagógica a partir dos dados coletados na forma de cartazes, fez uma tabulação com reflexões que evidenciaram os estudantes pensam sobre o que foi proposto. Essa tabulação é analisada neste artigo na sequência e leva-se em consideração, para análise e interpretação dos dados, que o projeto político-pedagógico (PPP) da escola pode ser inicialmente entendido como um processo de mudança e de antecipação do futuro, que estabelece princípios, diretrizes e propostas de ação para melhor organizar, sistematizar e significar as atividades desenvolvidas pela escola como um todo.

Pois, considera-se que a escola é um espaço de democratização do saber construído historicamente pelo homem, e o Coordenador Pedagógico tem o papel de: Mediar a organização educativa e o trabalho docente, contribuindo para o cumprimento das funções pedagógicas, políticas e culturais da educação; Articular os conteúdos, objetivos, metodologias e avaliação, identificando limites e possibilidades de transformação Social.

O artigo contempla a seguinte organização: uma introdução com a justificativa, objetivos, metodologia e contextualização. Na sequência uma fundamentação teórica, análise dos dados e considerações finais.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 O papel da educação e do coordenador pedagógico na democratização da escola**

A educação é a atividade mediadora pela qual a sociedade prepara seus membros para viverem nela mesma, nesse sentido, pode-se dizer que a educação tem um caráter histórico, pois, produz no seio de cada sociedade um homem necessário a cada local e época, de acordo com o processo de transformação do tempo e do espaço.

Partindo desse pressuposto, entende-se que a educação é um processo de formação do homem, traduz um fato existencial que é o de constituir-se homem, um fato social, sendo, a totalidade das relações sociais e um fenômeno cultural que abrange o conjunto de transformações realizadas historicamente pelo homem. Enfim, educação é uma atividade que envolve um grau de consciência social de cada momento, que visa a realização objetiva e concreta.

Trata-se de um processo educativo que tem uma perspectiva de desenvolvimento unilateral do ser humano e que afirma as bases unitárias do conhecimento e, ao mesmo tempo em que é laico e se efetiva na esfera pública. Busca-se dessa forma, uma educação que desenvolva todas as dimensões do ser humano, intelectivas, biopsíquicas, lúdicas, afetivas. Precisa-se assim, de homens que sejam questionadores, críticos, construtores, que tenham humildade e que saibam se relacionar com a sociedade em que vivem. Nessa direção, os educadores devem desenvolver na prática pedagógica formas de valorizar o educando, estimular suas qualidades e sua atividade criadora.

Quer-se enquanto escola formar um cidadão crítico, consciente de seu papel, com honestidade, um sujeito que seja ativo, que saiba de seus direitos e de seus deveres, um sujeito interessado em buscar conhecimento, que tenha curiosidade.

Quanto mais conscientes da concepção teórica com que trabalham os professores, mais estes serão exemplo de conduta e estimuladores de práticas que promovam que os educandos participem e se sintam parte integrante da aula, da sala, da escola e da sociedade. Buscando-se assim, desenvolver nos educandos sua autonomia e sua capacidade de participação na vida social.

Tem-se ciência de que o trabalho na escola exige uma disciplina, tanto dos educandos quanto dos professores e demais profissionais, e que é necessário ter

métodos de trabalho para expor os conteúdos de forma que o educando possa assimilá-lo.

Para que a escola seja um espaço para todos, é necessária uma efetiva interação entre professores, educandos, direção e coordenação pedagógica. Para que aconteça uma boa articulação entre os sujeitos da escola é necessária também uma reflexão conjunta para a tomada de decisões conjuntas e unânimes para que se realize a prática numa mesma linha de ação.

O papel da escola hoje é muito mais amplo do que transmitir o conhecimento nas diferentes áreas, é criar cidadãos críticos e éticos auxiliando na sua formação profissional. A escola deve repensar seus valores e sua identidade no momento em que acolhe e incorpora as diferenças, assegurando a todos a apropriação do conhecimento.

Nessa direção, é fundamental que a coordenação pedagógica, a direção e os professores, estejam atentos às diversas questões elencadas no Projeto Político Pedagógico da Unidade Educacional. Nele evidenciam-se as concepções fundamentais que norteiam as práticas educativas do ambiente escolar. Dentre eles destaca-se o conceito de currículo que é aqui entendido como espaço de construção do conhecimento e da aprendizagem, devendo envolver, segundo Vasconcellos (2006, p.84) "as relações interpessoais, a ética, a disciplina, a avaliação da aprendizagem, o relacionamento com a comunidade, os recursos didáticos", dentre tantos outros aspectos do cotidiano escolar..

Um aspecto a destacar e de fundamental importância, na função de coordenador pedagógico, é o de exercer um papel articulador, integrador e promotor de práticas pedagógicas democráticas no dia a dia da escola. É dele a responsabilidade de implementação, juntamente com o diretor, de consolidação de uma gestão democrática, promovendo estratégias em que, professores, alunos, funcionários, pais e comunidade escolar em geral, participem e tenham acesso aos saberes e fazeres escolares.

O coordenador pedagógico dentre suas funções também faz parte da gestão escolar. Assim "a gestão da escola configura-se em um ato político, pois, requer sempre uma tomada de posição. Ou seja, a gestão escolar não é neutra, pois todas as ações desenvolvidas na escola envolvem atores e tomadas de decisões" (DOURADO, 2002, p. 158).

## **2.2 Uma gestão escolar democrática com a participação estudantil**

Entendendo a gestão democrática como a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar é muito importante que pais, professores, estudantes e funcionários participem da organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola. Quanto mais eles participam mais colabora na organização do trabalho pedagógico dentro da escola.

A gestão escolar democrática, deve estar inserida no processo de relação da instituição educacional, e sempre defendida enquanto possibilidade de melhoria na qualidade pedagógica, do processo educacional das escolas, na construção de um currículo pautado na realidade local, na maior integração entre os sujeitos envolvidos na escola, no apoio efetivo da comunidade às escolas, como participante ativa e sujeito do processo de desenvolvimento do trabalho escolar.

No entanto, para que isso aconteça é preciso conhecerem as leis que a regem, as políticas governamentais propostas para a educação, as concepções que norteiam essas políticas e, principalmente, se estiverem engajados na defesa de uma escola democrática que tenha entre seus objetivos a construção de um projeto de transformação do sistema autoritário vigente.

A escola por sua vez tem que ter clareza de que o processo de formação para uma vida cidadã é importante ferramenta da gestão democrática, o que consolida-se no fortalecimento das instâncias democráticas da escola, entre elas: Conselho Escolar, Associação de Pais e Mestres, Grêmios Estudantis, Conselhos de Classes, representantes de turmas, entre outros.

Nesse sentido, a escola, precisa criar espaços de discussões que possibilitem a construção do projeto educativo por todos os segmentos da comunidade escolar, favorecendo a participação e aprimoramento dos processos de escolha ao cargo de dirigente escolar; a criação e a consolidação de órgãos colegiados na escola (conselhos escolares e conselho de classe); o fortalecimento da participação estudantil por meio da criação e da consolidação de grêmios estudantis; a construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico da escola; a redefinição das tarefas e funções da associação de pais e mestres, na perspectiva de na luta pela autonomia da unidade escolar, pela democratização da educação. Sendo assim, caminha-se, conseqüentemente, pela construção da gestão



democrática na escola, garantindo a autonomia dos estudantes para se organizarem livremente através de grêmios estudantis participativos, criativos e críticos, que atuem de forma efetiva nos processos decisórios da instituição, possibilitando o desenvolvimento de uma verdadeira ação educativa.

Na escola onde objetiva-se, colaborar com a formação de estudantes participativos, críticos, criativos e autônomos, a organização estudantil, por meio do Grêmio Estudantil, adquire relevância à medida que se constitui em "instância onde, se cultiva gradativamente, o interesse do aluno, para além da sala de aula" (VEIGA, 1998, p. 113).

Nesse sentido, o grêmio estudantil torna-se um mecanismo de participação importante para os estudantes nas discussões do cotidiano escolar podendo participar de seus processos decisórios. Constitui-se em laboratório de aprendizagem da função política da educação, do jogo democrático onde os estudantes aprendem a se organizar e lutar pelos seus direitos.

### **2.3 O grêmio estudantil enquanto instância colegiada de participação**

O grêmio estudantil foi instituído legalmente por meio da Lei nº 7.398/85, a qual explicita que a organização e a criação do grêmio estudantil é um direito dos alunos. A lei caracteriza o Grêmio Estudantil como "órgão independente da direção da escola ou de qualquer outra instância de controle e tutela que possa ser reivindicada pela instituição" (VEIGA, 1998, p. 122).

Nessa entendimento, os educandos, cada vez mais, necessitam de orientações, estímulos, de responsabilidade, de solidariedade e de cidadania, que nos fazem solidários, humanos e autônomos. Uma das principais organizações que representa os interesses dos estudantes na escola é o Grêmio Estudantil, que permite que os educandos discutam, criem e fortaleçam inúmeras possibilidades de ação tanto no próprio ambiente escolar como na comunidade.

O Grêmio é também um importante espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e de luta por direitos, é uma das primeiras oportunidades que os jovens têm de participar da sociedade.

Por meio do Grêmio, os educandos têm voz na administração da escola, apresentando suas ideias e opiniões, constituindo-se em espaço coletivo de discussões, onde os estudantes têm a oportunidade de, segundo Aguiar e Grácio

(2002), expor suas opiniões a respeito do que acontece na Escola, manifestar suas necessidades, seus desejos, ampliar a compreensão de suas atribuições, de opinar tanto nas questões administrativas como nas questões pedagógicas, de compreender a função social da Escola, ou seja, de participar ativamente da construção do processo educacional.

A Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e a partir dela, está garantida a criação de pelo menos duas instituições, a Associação de Pais e Mestres e o Grêmio Estudantil, cabendo à Direção da Escola criar condições para que os educandos se organizem no Grêmio Estudantil.

Na gestão do governo estadual (2003/2006), revelou-se vontade política com a expansão, criação e reativação dos grêmios estudantis na rede estadual de ensino no Paraná. Foi elaborada e distribuída, para todas as escolas, uma cartilha de orientação à direção, coordenação pedagógica e educandos. Nessa cartilha, apresentavam-se instruções sobre como montar um grêmio estudantil, quais suas atribuições, seus objetivos, seus direitos e seus deveres.

A elaboração desse material foi fruto de um trabalho de equipe, composta pela CADEP – Coordenação de Apoio à Equipe Pedagógica, atual CGE - Coordenação de Gestão Escolar, AREI – Assessoria de Relações Interinstitucionais, CAAD - Coordenação de acompanhamento e avaliação de docente, CAADI – Coordenação de Acompanhamento e Avaliação de Discentes.

Como parte do processo de formação, nessa direção, foram realizadas reuniões com os gestores escolares, para discussão da cartilha com representantes da UBES e UPES. Como resultado dessa política de incentivo, muitas escolas se mobilizaram e formaram seus grêmios estudantis.

### **3. ANÁLISE DOS DADOS**

Partindo-se dos pressupostos destacados, esse artigo tem como principal intenção o de fazer valer o direito de participação dos estudantes, membros ativos do Grêmio Estudantil da escola e ouvir suas opiniões.

Foram realizados três encontros, com o objetivo de discutir-se a respeito da qualidade do ensino, da função da escola, dos conhecimentos, das relações de

poder, da organização curricular, da postura do professor, da postura do aluno, da relação professor e aluno, da diversidade e do espaço físico escolar.

Nos encontros estabeleceram-se reflexões procurando evidenciar respostas dos estudantes, com coleta de dados possibilitada a partir das manifestações dos estudantes do grêmio escolar, onde as reflexões culminavam sobre a qualidade do ensino na Escola Estadual Dom Pedro II, com destaque na "escola que temos", na "escola que queremos" e "como podemos fazer para melhorar".

Evidenciou-se nas respostas dos estudantes, que a escola se apresenta de maneira tradicional com relação sua organização. Para eles os conhecimentos, na maioria das vezes, são desvinculados do cotidiano dos estudantes, relatam que alguns professores são seres absolutos em sala de aula, sua autoridade é indiscutível, os meninos são obrigados a tirar o boné ou o capuz para assistir a aula e só falar após levantar a mão, a presença da diretora é igualmente autoritária. Mesmo que essa norma esteja no regimento escolar, eles não concordam com essa atitude, o que pode ser observado na tabela abaixo, elaborada a partir das respostas dos educandos.

**.Tabela 1**

A ESCOLA QUE TEMOS	A ESCOLA QUE QUEREMOS	COMO PODEMOS FAZER PARA MELHORAR
Professores responsáveis e outros nem tanto; Professores autoritários; Estrutura não é das melhores, mas é apropriada ( só não gostamos das grades que existe no colégio) Muita falta de respeito por parte dos alunos, dentro de sala de aula, falta de interesse e atenção.	Oficina de teatro; Mais aulas práticas; Projetos esportivos e de artes; Professores que saibam lidar com cada tipo de aluno; mais dedicados e que mudem sua forma de dar aula, não somente cópia. Recreio com atividades para os alunos ( dança, música, etc...) Alunos que respeitem os professores e os colegas.	Colaborando com os professores; Cuidar do nosso patrimônio, do nosso espaço escolar. Conversar ou tentar com os professores para que melhorem seu método de ensino.

Interpreta-se a partir das respostas dos educandos que na escola é exercido um controle sobre o aluno, esta é uma reprodução da sociedade, o aluno é o objeto do ensino, cabe a ele somente ouvir, memorizar e reproduzir aquilo que foi estudado em sala de aula, tendo um comportamento adequado, quieto e submisso e só se posicionando se for solicitado. Neste caso a relação professor e aluno é vertical,

este mantêm um distanciamento do educando, detendo o poder decisório quanto a metodologia, conteúdo, avaliação, forma de interação na aula.

As relações de poder, dentro da escola, se apresentam de maneira hierárquica, professor é o detentor do saber. Relatam que há também alguns professores que fazem uma interação com os alunos propiciando uma troca de conhecimentos e reflexão dos conteúdos, criando desta forma uma relação professor/aluno mais harmoniosa fazendo com que o aluno busque desmitificar e questionar, procuram uma ação mediadora, orientadora do conhecimentos entre os educandos e preocupando-se com a formação de um vínculo afetivo. Os educandos manifestam que preferem esse professor, o qual trata-os como sujeito de aprendizagem e não um ser ouvinte e mudo. Apreciam a oportunidade de participar, interrogar, criticar, refletir, e assim desenvolvem os seus conhecimentos, sempre vinculados a um processo de conscientização social que estuda o ambiente de vida do educando, rompendo com a visão do aluno objeto do ensino alienado da sua realidade, considerando este um ser pensante e atuante em seu meio.

Os alunos do Gremio Estudantil declaram que o Currículo escolar é inflexível, as aulas são exclusivamente expositivas, as atividades geralmente individuais, o professor já traz o conteúdo pronto e o aluno se limita exclusivamente a escutá-lo, e também adotam conduta disciplinar. Há também, um número reduzido de professores onde o currículo é flexível e que as aulas não se limitam apenas as exposições mas também são promovidos debates, trabalhos em grupo, projetos entre outros.

Os estudantes refletem com a Coordenação pedagógica que no Colégio Dom Pedro é realizado o calendário de provas, e que discordam da avaliação com peso maior que é realizada em um dia pré estabelecido pelo Direção. Mas falam também, ao que diz respeito ao restante das avaliações aplicadas em sala de aula, dizem que a avaliação é de cunho controlador, há professores que avaliam o aluno por suas respostas, por seu comportamento, por seu posicionamento de atenção ou não, por suas atitudes e por suas cópias. No entanto, destacaram um ponto positivo com relação a avaliação foi o Simulado, realizado trimestralmente em contra-turno para os alunos do Ensino Médio, que além de prepará-los para o ENEM é um motivo a mais para estudar.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola que se quer promover é aquela pautada na formação de sujeitos ativos e atuantes, que saibam lutar pelos seus direitos, por seus ideais, buscando uma formação melhor dentro da sociedade, com atuação crítica e de responsabilidade social.

A escola é assim o local privilegiado, que leva o aluno a refletir sobre a diversidade cultural, promovendo o respeito mútuo e a igualdade entre todos os cidadãos, faz questionar os padrões sociais e políticos que formam a nação.

Considera-se que, mesmo que contemplado no Projeto Político Pedagógico a construção participativa que envolve ativamente os diversos segmentos escolares, essa prática ainda está distante de se tornar realidade. Mas percebe-se ser o caminho para a democratização das relações na escola, pois ao desenvolvê-lo, as pessoas ressignificam suas experiências, refletem suas práticas, resgatam, reafirmam e atualizam valores, explicitam seus sonhos e utopias, demonstram seus saberes, dão sentido aos seus projetos individuais e coletivos, reafirmam suas identidades, estabelecem novas relações de convivência e indicam um horizonte de novos caminhos, possibilidades e propostas de ação, o que foi evidenciado ao se dar voz aos estudantes do Grêmio Estudantil Ativa.

Este movimento de participação efetiva para a construção democrática das relações por meio do PPP, visa à promoção da transformação necessária e desejada pelo coletivo escolar e comunitário. Nesse sentido Veiga (2001) diz que:

A execução de um projeto pedagógico de qualidade deve, nascer da própria realidade, tendo como suporte a explicitação das causas dos problemas e das situações nas quais tais problemas aparecem; ser exequível e prever as condições necessárias ao desenvolvimento e à avaliação; ser uma ação articulada de todos os envolvidos com a realidade da escola, ser construído continuamente, pois com produto, é também processo (VEIGA, 2001, p. 21).

Para chegar-se a escola que queremos é preciso deixar de lado o preconceito, comodismo e o medo da mudança, ter a iniciativa de formar uma escola disposta a mudar a sociedade, voltada a olhar e a desenvolver para emancipação dos sujeitos educativos. Uma escola que vai além das experiências dos educando dentro de suas aprendizagens.

Considera-se no entanto, que ainda há um longo caminho a percorrer-se na busca da efetiva democratização das relações nos espaços escolares. O diálogo deve ser vivenciado no interior das escolas, onde o caráter dialógico seja fundamental, promovendo o processo democrático. O que poderá contribuir na busca de mais e de novos caminhos, aperfeiçoando as relações interpessoais que fazem parte do cotidiano escolar, dentro e fora da escola.

Os estudantes, na interpretação da pesquisadora, evidenciam que o constante diálogo, tendo em vista o compromisso coletivo com a qualidade da escola pública, permite rediscutir os caminhos, analisar as experiências vividas, os desafios, os avanços e criar novas possibilidades. Devendo ser oportunizado constantemente esse trabalho que escuta o educando, conscientizando e levando a comunidade educativa a um processo de reflexão e ação. Fazendo a comunidade escolar a entender que o compromisso de formação humana dos estudantes é de responsabilidade de todos. Entende-se ser esse o caminho para conquistar uma efetiva participação e consolidação da democracia no ambiente escolar, o que se estenderá posteriormente para a sociedade em geral.

Conclui-se também que os representantes do Grêmio Estudantil, trazem a compreensão de que alguns estão satisfeitos com o ensino aprendizagem e que grande parte dos próprios estudantes avalia como negativo o comportamento de seus colegas no espaço escolar. Relatam que divergem muito os interesses dos alunos, que alguns conversam demais, atrapalhando a concentração dos que realmente querem estudar, e concluem que infelizmente as medidas autoritárias demais, as vezes são respostas a conduta de pouca ou de nenhuma responsabilidade ou interesse de alguns.

## 5. BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, R.C.L.; GRÁCIO J.C. **Grêmio Estudantil: construindo novas relações na escola**. In: BASTOS, J. B. Gestão Democrática. 3. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

DOURADO, Luiz Fernandes. **A gestão democrática e a construção de processos coletivos de participação e decisão na escola**. In: FERREIRA, Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. Para onde vão a orientação e a supervisão educacional? Campinas: Papyrus, 2002.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz ,  
Fernandes. **Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos  
de implementação. INCOMPLETO**

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do  
Projeto Político ao Cotidiano da Sala de Aula.** São Paulo: Libertad, 2006.

VEIGA, Zilah de Passos Alencastro. **As instâncias colegiadas da escola.** In:  
VEIGA, Ilma P. e RESENDE, Lúcia M.G. de (orgs). **Escola: Espaço do projeto político  
– pedagógico.** Campinas: Papirus, 1998.